

Fornecedores temem que faltem recursos para o pagamento de obras em 87

por Thales Guaracy
de São Paulo

Os fornecedores das empresas estatais viram com reservas o orçamento da União para 1987, anunciado nesta semana pelo governo federal. Eles temem que o governo não leve em consideração que terá de corrigir seus pagamentos da inflação, porque adota a meta da inflação zero, e não tenha recursos para cobrir a diferença, de acordo com o presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB), Roberto Cayubi Vidigal.

"Como a meta de inflação zero para o próximo ano será difícil de atingir, é provável que os contratos em andamento, ou que ainda serão feitos, terão de ser corrigidos", afirmou Vidigal. "Se o governo não tiver uma reserva, a tendência é de que ele pendure os pagamentos para o ano seguinte".

Segundo Vidigal, a utilização da inflação zero para os cálculos do orçamento é um cálculo correto, utilizado em todos os países com índices reduzidos de inflação anual. "Está de acordo com a estratégia de eliminar a memória da inflação da economia brasileira", disse.

Mas, como também ocorre em outros países, o governo brasileiro deve ter uma reserva, que não precisa ser divulgada no orçamento, para recorrer em caso de ajuste de despesas com uma inflação eventual.

REFORMA

A reforma administrativa encaminhada até agora ainda não atende à expectativa. "As medidas anunciadas, à primeira vista, não foram substanciais", disse o presidente da ABDIB. "Ainda faltam as medidas complementares que foram anunciadas", disse Roberto Della Manna, reeleito ontem, pela segunda vez consecutiva, presidente do Sindicato da Indústria de Proteção, Tratamento e Transformação de Superfícies do Estado de São Paulo (Sindisuper).

Segundo ele, os empresá-



Roberto Cayubi
Vidigal

rios depositam na reforma administrativa e no corte dos seus gastos do governo grande parte da esperança de sucesso do Plano Cruzado. "A confiança do empresariado no governo persiste, como se vem verificando nas últimas reuniões das lideranças na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)."

Em relação ao orçamento, a redução do déficit público de 4 para 2,5% em 1987 reforça a impressão de que "o governo está no bom caminho", segundo Vidigal, da ABDIB. "Há uma tendência de redução e possibilidades concretas de financiá-lo", informou.

ACORDO

Vidigal informou também que persistem as negociações dos contratos de longo prazo entre os fornecedores e as estatais, iniciadas desde a decretação do Cruzado. Com a Petrobrás, cerca de 70% dos fornecedores obtiveram acordos satisfatórios, "que preservaram a situação anterior ao Cruzado, sem que nenhum lado levasse vantagem ou desvantagem, como era do espírito da reforma econômica". Em relação a outras estatais, como a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e a Vale do Rio Doce, as negociações ainda não chegaram a bom termo. "Mas já há uma compreensão maior e o acordo deverá vir", disse Vidigal.